

SOCIEDADE ROMANA E EPIGRAFIA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO



MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA
DO DISTRITO DE SETÚBAL

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Sociedade Romana e Epigrafia

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA
DE SETÚBAL

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

1979

© José d'Encarnação e Assembleia Distrital de Setúbal

Direitos reservados

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização, de acordo com a lei vigente.

O presente opúsculo constitui a síntese duma palestra proferida no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, a 3 de Fevereiro de 1979. Agradecemos aos Srs. Drs. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares a possibilidade da sua publicação. As fotos são da autoria de Guilherme Cardoso.



1—INTRODUÇÃO

1.1. EPIGRAFIA, IMAGEM-MENSAGEM DUMA SOCIEDADE

A epigrafia estuda a forma como a sociedade, em determinado momento, seleccionou ideias para dar de si uma imagem no futuro.

Assim entendida, a Epigrafia insere-nos em todo um contexto sócio-cultural: vai interessar-nos, no texto epigráfico, a procura duma mensagem sintética, incisiva, pensada. Mensagem determinada, redigida com intenção determinada — a perpetuação no futuro, «para que conste».

Verificara-se, há muito tempo, que a maior parte das inscrições romanas, chegadas até nós, se podiam datar dos sécs. I e II da nossa era. O facto, que se mantivera um pouco como impressão geral, tem vindo a ser confirmado, dia após dia, à medida que se apuram os critérios de datação, podendo-se hoje afirmar, com Stanislaw Mrojek, que o número de textos epigráficos encontrados referentes aos reinados anteriores a Décio, é incomparavelmente maior que o dos reinados seguintes, marcando o ano de 250 o início da desconfiança na estabilidade do Estado. Por outro lado, as fórmulas de esconjuro, as maldições lançadas sobre quem estrague as inscrições e respectivos monumentos, os pedidos ao transeunte para que não deixe de zelar

pela conservação do texto — começam a registar-se mais frequentemente a partir do séc. III. O fenómeno é sintomático. Tratava-se precisamente dum período em que a instabilidade política e social não permitia que houvesse a certeza de que essa inscrição se manteria no futuro. Daí que o número de monumentos se reduza substancialmente. E são sobretudo os textos oficiais que dessa época nos restam.

Numa definição didáctica, Epigrafia costuma ser considerada como a ciência que trata de textos escritos sobre «qualquer coisa». Etimologicamente, a palavra deriva de *επι* (sobre) + *γραφειν* (escrever); portanto, escrever sobre «qualquer coisa». Dum modo geral também, tem-se considerado que esse «qualquer coisa» são materiais «duros» — a pedra, a cerâmica, os metais.

Esta definição visa distinguir a Epigrafia doutras ciências, como, por exemplo, a Paleografia ou a Papirologia. A Paleografia estudará as inscrições em papel ou em materiais perecíveis enquanto que a Papirologia, como o próprio nome indica, versará o estudo das inscrições em papiro. Qualquer destas duas ciências, é, sem dúvida, complementar da Epigrafia e, hoje em dia, os estudos paleográficos são normalmente incluídos quando nos debruçamos sobre uma inscrição, porquanto é o estudo da evolução da escrita através dos tempos que nos permite, além doutros factores evidentemente, a datação dum texto epigráfico. No estudo duma inscrição inclui-se hoje, necessariamente, o comentário paleográfico, visando a descrição da forma como as letras estão gravadas, como o texto se dispõe no campo epigráfico, e isto tendo em vista a detecção de eventuais características comuns que possibilitem determinar a existência duma oficina epigráfica.

1.2. AS MENSAGENS TRANSMITIDAS

São de várias espécies as mensagens que as inscrições nos podem transmitir. Assim, por uma questão metodológica, costumam dividir-se as inscrições em funerárias, votivas, honoríficas, monumentais e *instrumentum*.

AS INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS

As *inscrições funerárias* são os epitáfios. Contêm normalmente o nome do defunto, a idade com que morreu, o nome do dedicante que mandou fazer a inscrição (acompanhado ou não da referência ao grau de parentesco ou à relação social).

Este tipo de inscrições tem fórmulas típicas. No começo, há uma invocação aos deuses Manes — *Diis Manibus Sacrum* — e, no fim, para além da habitual fórmula «aqui jaz» — *Hic Situs Est* ou *Sita Est*, tratando-se duma mulher, *Siti Sunt* tratando-se de mais do que um defunto — temos uma outra, muito curiosa, porque ainda hoje tem reflexos na fórmula que se encontra nas alminhas, dispersas por esse Portugal além, P.N. A. M., «Padre-Nosso, Avé-Maria», ou seja, incita-se o transeunte a rezar pelas almas do Purgatório. Ora, na epigrafia funerária romana, essa fórmula é como que substituída por «que

a terra te seja leve» — *sit tibi terra levis*. E dizemos que esta fórmula é curiosa, porque utiliza a 2.^a pessoa do singular ou do plural, tratando-se de vários defuntos. Coloca-se esse desejo na boca do próprio transeunte «que a terra *te* seja leve!».

As inscrições funerárias assumem como fontes históricas uma importância muito grande: a) pelo achado em si da inscrição em determinado local, dando-nos a entender que esse local foi habitado ao tempo dos Romanos; b) pelas informações onomásticas e c) da idade que a pessoa tinha quando faleceu; d) pelo seu elevado número.

*
* *
*

Sobre a idade têm-se tecido inúmeras considerações. No entanto, o certo é que actualmente se não pode dar a essa indicação da idade um carácter extraordinariamente rígido, nomeadamente utilizando-a para estudos demográficos. Para isso haveria que contar-se com um certo rigor, o que talvez não aconteça.

De facto, há uma série de inscrições em que a idade é indicada por lustros, por múltiplos de cinco. Supomos que este procedimento nada mais é do que um arredondamento da idade. Ora, em cálculos estatísticos, um arredondamento por lustros não permitirá cálculos rigorosos.

Em segundo lugar, para o estudo da mortalidade, por exemplo, ou da média de vida, nós temos que ter em conta duas questões:

Primeiro — que amostragem da população real é o conjunto das inscrições de que dispomos?

Segundo — o facto de aparecerem, por exemplo, muitos epitáfios comemorando o falecimento de mulheres na casa dos 20-25 anos, até que ponto não é apenas um sinal do pesar extraordinário que a família sentia por uma morte nestas circunstâncias? Até que ponto se pode concluir dum conjunto

mais ou menos vasto de epitáfios de homens entre os 30 e os 40 anos, que a média de vida do cidadão romano ou da população ao tempo dos Romanos era de 35; e que isso se devia ao facto de os encargos familiares e outros pesarem de modo especial sobre os homens; a dureza da vida, as condições bélicas, a vida militar — que tudo isso provocava uma grande mortalidade masculina, ao contrário do que se passava com a mortalidade feminina? É evidente que todas estas conclusões não podem ser peremptórias e necessitavam de uma amostragem de dados muitíssimo grande. E nós temos que considerar que de toda a população existente ao tempo dos Romanos, por exemplo na Península Ibérica, só uma escassa minoria é que tinha a possibilidade material de mandar gravar inscrições, ou até nós não sabemos se muitas inscrições não terão desaparecido.

*

*

*

Agora no ponto de vista onomástico, é que as inscrições funerárias se revestem do maior interesse, porque, além do nome do defunto, dão, como vimos, o nome do dedicante ou dos dedicantes por vezes. Ora, a forma como uma pessoa se identifica (e vê-lo-emos mais adiante) é um sinal do seu estatuto social; inclusivamente, determinados nomes são característicos de determinadas zonas do Império, são característicos de determinadas classes sociais. Esse estudo onomástico é que nos permite um rastreio da colonização, da origem da população, dando-nos uma ideia bastante aproximada do tipo de população que existia em determinada época, pelo menos como amostra. E, neste aspecto, o número de inscrições achadas normalmente não é pequeno mesmo considerando elevado o número de habitantes. Caso curioso, estudado muito recentemente por Robert Étienne e Georges Fabre, é o do cemitério dos *officiales* de Cartago, que, justamente por constituir um conjunto homogéneo, permitiu conclusões demográficas interessantes.

INSCRIÇÕES VOTIVAS

Há *inscrições votivas*, dedicadas aos deuses, índice do culto a determinada divindade. Para além do nome do dedicante e, naturalmente, da divindade, indica-se muitas das vezes o motivo que levou à erecção do monumento ou, até, as suas características.

Estes ex-votos assumem, portanto, especial importância, não só porque nos dão a conhecer divindades não referidas pelas fontes literárias, nomeadamente as divindades indígenas, como permitem esboçar uma panorâmica de como se espalhava o culto a determinadas divindades através do Império Romano. Como os dedicantes se identificam, podemos traçar um quadro social da religião. Voltaremos ao assunto.

INSCRIÇÕES HONORÍFICAS

As *inscrições honoríficas* têm um conteúdo curioso também. Homenageia-se nelas determinado personagem, que se notabilizou pelos seus feitos e que, por isso mesmo, mereceu da parte ou duma população ou dum grupo de amigos ou de uma pessoa em particular um carinho especial. Normalmente, essas inscrições contêm o *curriculum vitae* dos homenageados, aquilo que, em linguagem epigráfica, se chama o *cursus honorum*. Assim, podemos saber as diferentes funções, por mais miúdas que fossem, desempenhadas por um senador, um cavaleiro ou um burguês municipal ao longo da sua vida. Foi através do estudo destes *cursus honorum* que se conseguiu delinear a história administrativa do Império Romano, compreender como é que a sua máquina pôde funcionar tão bem ao longo de tantos séculos.

INSCRIÇÕES MONUMENTAIS

As *inscrições monumentais* são aquelas que se inserem em determinado monumento. Referem o imperador em cujo rei-

nado se mandou erigir determinado templo ou ponte ou via ou como é que essa via foi feita — com a contribuição pública ou por meio duma subscrição ou através do acto benemerente de um burguês municipal ou dum dos notáveis da região. Têm importância porque, normalmente, é através delas que datamos esse monumento. Estamos-nos a lembrar, por exemplo, da ponte de Alcântara, da ponte de Chaves: através da indicação dos títulos dos imperadores podemos, pela aproximação de mais ou menos ano, saber em que data esse monumento foi erigido, por quem e em que circunstâncias. Essas inscrições têm um papel preponderante quando se referem a monumentos que já não existem ou cujos vestígios arqueológicos ainda não foram detectados. É o caso do circo de Balsa, que devemos situar na Torre d'Aires em Tavira, ou nos arredores, somente documentado epigraficamente: G. Licínio Bádio e L. Cássio Céler oferecem cem pés do pódio recordando a dívida cada um em sua inscrição; Ânio Primitivo proporciona à população um combate de barcas e um espectáculo de pugilistas — tudo isso se poderá ter desenrolado no circo, embora para a naumaquia não faltasse cenário ideal num dos braços da ria em frente.

INSTRUMENTUM

Sob a designação de *instrumentum* têm sido reunidas as inscrições em ânforas, lucernas, lingotes de metal, enfim, sobre os mais variados objectos utilitários. Não é necessário salientar o interesse de que elas se revestem do ponto de vista económico. Uma ânfora que traga — como se têm encontrado — a indicação do nome do fabricante, do nome do proprietário e do líquido que contém, associando-se a esses dados a sua forma, a análise da pasta (de maneira a determinar a sua origem), dá-nos sobre as correntes comerciais uma informação que, de modo nenhum, as fontes literárias poderão dar.

**2—A INVESTIGAÇÃO EPIGRÁFICA
EM PORTUGAL: AS DIFEREN-
TES FORMAS DE LER A MEN-
SAGEM**

Evidentemente que nem em todas as épocas se encarou a inscrição da mesma forma, o mesmo é dizer que as fontes históricas nem sempre foram abordadas com o espírito com que o são hoje.

OS HUMANISTAS

Assim, para não recuar muito no tempo, *na época humanista*, de grande enaltecimento da idade clássica, com a preocupação, por parte dos investigadores, dos historiadores, de ligarem a sua própria região, inclusive a sua própria cidade, às glórias romanas... E nada melhor do que uma inscrição para dizer que havia para determinada cidade passado glorioso.

Temos, entre nós, o caso bem curioso de André de Resende, natural de Évora, um humanista, que, sabendo a importância da Epigrafia, não só procurou descobrir e reunir todas as inscrições que se encontravam em Évora e nos seus arredores como — não contente com isso — forjou algumas. Ciente como estava das regras epigráficas, tirando uma ideia duma, outro pedaço doutra, fabricava uma nova. Nomeadamente, um conjunto notável de epígrafes em honra de Sertório, porque era sua ideia que Évora constituíra, ao tempo dos Romanos, uma capital importantíssima, e fora mesmo o centro de operações de Sertório contra a dominação romana incipiente. Temos al-

gumas dessas inscrições ainda em estudo, porque o certo é que André de Resende sabia do ofício e, hoje, ainda se põem algumas dúvidas sobre a autenticidade de uma que outra inscrição por ele citada.

*

* *

Que critérios se têm adoptado habitualmente para detectar as falsificações de André de Resende?

Em primeiro lugar, uma inscrição hoje desaparecida e que apenas é por ele referenciada, pesem muito embora os inúmeros pormenores que ele possa fornecer acerca do seu local de achamento e das suas características — uma inscrição nessas circunstâncias é-nos duvidosa à partida. Tenta-se descobrir se, na realidade, essa inscrição existe e faz-se uma análise crítica do texto. Se a inscrição visa enaltecer a cidade de Évora (estamos a falar do caso concreto de André de Resende) ou se tem como finalidade demonstrar que determinados povos existiram em determinado local, é muito provável — é quase certo — que essa inscrição foi forjada pelo humanista de Quinhentos.

Se a inscrição existe actualmente, o critério a utilizar é, para além da análise interna, da observação da pátina e da tipologia, uma crítica paleográfica. André de Resende sabia, por exemplo, que os pontos em inscrições romanas se colocam a meio da linha e não em baixo como actualmente e esse erro não cometeu. E também sabia que os U são grafados em V — e também não incorreu nessa falta. Contudo, um critério que não tem sido posto em dúvida é a barra intermédia do E ou do F mais curta, porque estas letras, numa inscrição autêntica, têm, no Ocidente europeu, as barras rigorosamente iguais.

Mas nem sempre há facilidade em detectar as falsificações. Estamos a pensar na inscrição em honra duma flamínica que

se encontra em Vila Nova da Baronia (Alvito) e numa outra, de Montemor-o-Novo, dedicada a uma notável Calquísia, flamínica também. As flamínicas eram sacerdotisas do culto imperial, uma povoação que as tivesse detinha uma categoria à parte; daí que André de Resende tivesse procurado «pôr» flamínicas em diversos locais, em Évora e seus arredores.

Estamos a lembrar-nos por exemplo também da inscrição à celeberrima Labéria Gala, sobre cuja autenticidade neste momento muito duvidamos. Labéria Gala é memorada numa inscrição que André de Resende teria visto em Évora e igualmente numa outra de *Collipo*, perto de Leiria, onde teria morrido. Parece-nos que, na realidade, só a inscrição de Leiria é verdadeira, a de Évora foi forjada por André de Resende, a partir do conhecimento da primeira.

Mas, voltando ao caso da inscrição de Vila Nova da Baronia (foto 1), nós debruçámo-nos sobre ele recentemente no volume do *Arquivo de Beja*, relativo a 1971-1975. A análise paleográfica do texto e a crítica interna levam-nos a pensar que a inscrição será falsa, muito embora nem tenha sido referida por André de Resende. Ela lá está numa parede, perfeitamente visível. Supomos que A. de Resende não aludiria a todas as inscrições que forjara, por serem demasiadamente evidentes e saber também, que, mais tarde ou mais cedo, elas seriam conhecidas...

O outro caso, o da flamínica Calquísia, de Montemor-o-Novo, é mais complicado. A análise interna do monumento permite-nos detectar grandes irregularidades de texto, a utilização, por exemplo, dum vocábulo cujo conteúdo não nos apareceu até agora ao tempo dos Romanos, mas que é frequente ao tempo dos Humanistas: *fabrica*, no sentido de «monumento». A discussão está ainda em aberto, até porque permanecem enigmáticas as inscrições laterais e os símbolos de ofícios nela gravados. Essa inscrição pode, também ela, ter sido forjada para

dar valor a Montemor-o-Novo. Quando e por quem e em que circunstâncias — nós não sabemos.

No entanto, a obra dos Humanistas foi extraordinariamente importante. Se pusermos de parte estas falsificações, eles contribuíram eficazmente para o progresso da História, porque recolheram inscrições. Recolheram-nas atabalhoadamente, é certo, sem nos indicarem a proveniência, o contexto arqueológico onde elas foram encontradas. Uma colecção como a do bispo Frei Manuel do Cenáculo pode ter monumentos de Roma, de Lisboa e de Beja, por exemplo. Há toda uma crítica a fazer para distinguir as respectivas proveniências.

SÉCULOS XVII E XVIII

Nos séculos *XVII e XVIII*, continuou essa tradição de citar textos epigráficos como exemplo e sobretudo para mostrar a antiguidade das diferentes terras e para justificar determinados argumentos que se utilizavam nas obras históricas. Citam-se inscrições na *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito.

SÉCULO XIX

No século *XIX*, a inscrição passou a ser vista já com um certo interesse científico. Começou a existir maior cuidado na sua leitura, fazia-se a crítica do texto e procurava-se passar do texto para a história geral.

Leite de Vasconcelos teve, nesse aspecto, um obra altamente meritória. Foi ele que escreveu *As Religiões da Lusitânia*, tratado que ainda hoje se mantém como o mais excelente repositório da religião dos tempos pré-históricos, proto-históricos e romanos. Foi ele quem iniciou a revista *O Arqueólogo Portu-*

VNI V FLA
PERPETVAE CIVITATIS AUR
TANORVM PVBLICISSIMAE
COS. S. M. A. T. M. P. R. S. V. L. A. N. A.
ET AVIA L. H. S. S. I. M. P. E. L.
NEPOTES H. S. E. S. T. T. L.

Foto 1 — A placa de Vila Nova da Baronia, provavelmente forjada por André de Resende.

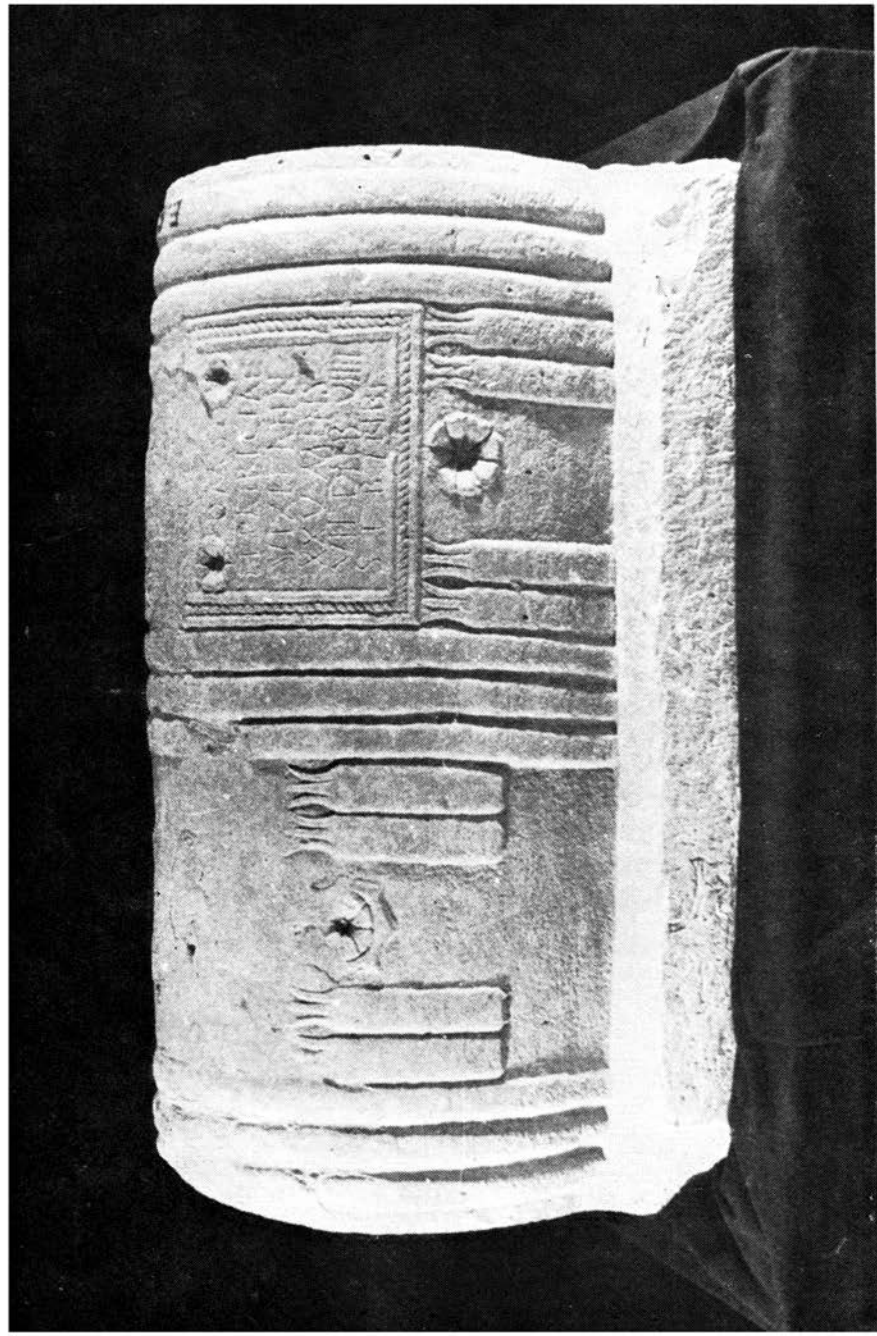


Foto 2 — Cupa muito decorada proveniente da Quinta do Marim. A epigrafa desta *villa* tem características peculiares.

guês, onde se referenciava tudo quanto se fazia no domínio da Epigrafia. E foi ele, sobretudo, quem fundou um museu em Lisboa, hoje *Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*, onde reuniu — sabe-se lá à custa de quanto sacrifício! — uma colecção epigráfica, que é a maior de Portugal, proveniente dos quatro cantos do País.

O trabalho de Leite de Vasconcelos estendeu-se por todo o território nacional; no entanto, a sua acção visou sobretudo a região sul, dado que, no Norte, um outro sábio, Martins Sarmento, desenvolvia intensa actividade, correspondendo-se com sábios estrangeiros e, muitas vezes, com o próprio Leite de Vasconcelos a quem punha dúvidas acerca da interpretação dos textos que ia encontrando. A Martins Sarmento se deve toda uma pesquisa no actual Minho, centrada em Guimarães: foi ele quem escavou a Citânia de Briteiros, foi ele o fundador da *Revista de Guimarães*, de tão grandes tradições entre nós.

Na região do Nordeste transmontano, a figura veneranda foi a do Abade de Baçal, P.^e Francisco Manuel Alves, cujas *Memórias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança*, em diversos volumes, publicados a partir de 1909, são rico manancial informativo.

*

*

*

Em 1869, saiu o volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, fruto duma viagem de estudo feita anos antes pelo investigador alemão Emilio Hübnér. O *Corpus* das inscrições latinas da Península, organizado por ordem geográfica, inclui todas as inscrições que ao tempo se conheciam, dando de cada uma delas: a proveniência, o paradeiro, um pequeno resumo descritivo, a leitura, a bibliografia e, por vezes, a interpretação e as variantes de leitura. Obra de consulta fundamental para quem

se queira dedicar à Epigrafia, contém de modo especial um instrumento de trabalho muito importante, que são os seus índices — onomásticos, de assuntos, toponímicos... Enfim, aí se reúne toda uma vasta gama de conhecimentos que não podem ser ignorados por nenhuma pessoa interessada na Epigrafia da Península Ibérica. Emílio Hübner manteve assídua correspondência com os investigadores portugueses, e, para além de ter percorrido o País de sul para norte — assim está organizado o *Corpus*, desde Faro (*Conventus Pacensis*) até às Beiras e à região a norte do Douro integrada já na província romana da Tarraconense — pôde, através das cartas que recebeu e dos livros que consultou nas diferentes bibliotecas, traçar um quadro completo dos textos epigráficos que então se conheciam. Contudo, a sua preocupação foi dar-nos os textos, sem fazer sobre eles qualquer outro comentário afora a reconstituição da leitura.

SÉCULO XX

No século XX, diversos investigadores se notabilizaram.

No Sul e nomeadamente em Beja e em Elvas, *Abel Viana*. A sua formação era fundamentalmente de arqueólogo; e, por conseguinte, apesar do desconhecimento que tinha de muitas regras da Epigrafia (que aliás, não era obrigado a conhecer), Abel Viana é para nós actualmente um investigador com o maior interesse, porque nos dá a conhecer os monumentos — muitos deles completamente inéditos — procurando descrevê-los com um certo cuidado, indicando o seu paradeiro. As suas leituras deixam bastante a desejar, há necessidade de as corrigir ou, pelo menos, de voltarmos à pedra, para conferir o que ele nos indica. De qualquer modo, a sua obra, nesse aspecto é relevante.

Scarlat Lambrino, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, de origem romena, procura dar já dos textos uma perspectiva histórica. E não só do texto, também do monumento. Foi

seguramente o maior epigrafista contemporâneo que trabalhou em Portugal. Pena que a morte prematura o tenha impedido de prosseguir.

D. Fernando de Almeida, cujo recente passamento muito nos contristou (ele nos iniciou nas lides epigráficas), procurou seguir as pisadas de Scarlat Lambrino, com quem, aliás, trabalhou, dando-nos a conhecer inúmeras inscrições, sendo as mais notáveis as de Egitânia (Idanha-a-Velha), sobre que fez a sua tese de licenciatura e publicou inúmeros artigos. Miróbriga (Santiago do Cacém) foi outra zona que lhe mereceu a atenção. Fernando de Almeida deu também aos seus trabalhos de Epigrafia uma perspectiva histórica, embora sem o fôlego de Scarlat Lambrino. O mesmo se poderá dizer de *D. Domingos de Pinho Brandão*, cujo rigor de leitura e de descrição dos monumentos é incontestável, procurando sobretudo fazer comparações onomásticas: são conhecidos os seus estudos sobre epigrafia de *Collipo*, e artigos sobre as mais variadas aras que chegaram ao seu conhecimento.

Ultimamente, ao abrigo do acordo cultural luso-francês, têm-se realizado em Portugal algumas iniciativas ligadas ao Centre Pierre Paris, da Universidade de Bordéus III. E um grupo de investigadores franceses deslocou-se ao nosso País por diversas ocasiões com vista ao estudo da Epigrafia de que dispomos. São eles Patrick Le Roux, Alain Tranoy (cuja tese sobre a Galícia Romana — Université de Bordeaux III, 1979 — contém importantes revisões de leitura e perspectivas), Georges Fabre — todos eles sob a orientação geral do Prof. Robert Étienne, actual director do Centre Pierre Paris. Vários artigos de grande fôlego histórico têm sido publicados por qualquer destes investigadores, sendo de salientar o volume II das escavações de Conimbriga, em francês, sobre a Epigrafia e a Escultura daquele município romano; consideramo-lo modelar e para ele remetemos o leitor.

É que, na verdade, como diz Raymond Bloch, «é difícil conceber um historiador de Roma que não seja em certa medida epigrafista; mas seguramente não há epigrafista que não seja simultaneamente historiador». De facto, o que de novo há hoje na investigação epigráfica é a necessidade sentida de integrar a inscrição no contexto que a viu nascer, para dela se retirarem o maior número de elementos possível. Porque tudo interessa no monumento epigráfico: o material de que é feito, a decoração, a paginação do texto, tipo de letra, o texto propriamente dito (que foi até há pouco tempo o único aspecto que interessava) e até o local do achado. Esta, portanto, a perspectiva actual que vimos seguindo, porque nos parece a mais correcta.

**3—PANORAMA DA EPIGRAFIA
NO SUL DE PORTUGAL**

Diversas cidades ou aglomerados populacionais importantes existiram ao tempo dos Romanos em Portugal, documentados pelas fontes literárias, pela Arqueologia ou pela Epigrafia.

*
* *

Assim, por exemplo, *Ossonoba* — a actual Faro — forneceu elementos epigráficos da maior importância, o seu núcleo não é muito numeroso, mas é de alta qualidade, de mais alta qualidade que o de Beja, por exemplo, ou mesmo que o de Évora, dadas as características das inscrições encontradas. Recordamos que um dos monumentos epigráficos mais relevantes de Faro é constituído por dois blocos com uma lista de nomes, eventualmente de libertos, porque apresentam os três nomes à maneira dos Romanos; deve ser muito provavelmente uma inscrição honorífica ou a lista dos subscritores de determinado monumento público, para o qual haviam contribuído com o seu trabalho ou financeiramente. Teria interesse encontrar outros paralelos de listas deste género e descobrir inclusivamente o que falta (porque a inscrição está truncada), para nos apercebermos do seu real interesse.

*

*

*

A *Quinta do Marim*, perto de Olhão, é outra zona que forneceu inúmera epigrafia com características curiosas (foto 2): a maior parte dos monumentos são estelas em calcário, todos eles se encontram profusamente decorados, o texto apresenta dum modo geral indicação precisa da idade com que as pessoas morreram, e a análise onomástica permite-nos deduzir estarmos perante epitáfios de escravos. Que haveria na Quinta do Marim? Uma grande exploração agrária, servida por esses escravos, que apesar de tudo, apesar da sua condição, estariam em condições de mandar erigir monumentos? Só uma exploração arqueológica sistemática — hoje muito difícil, porque os restos da Quinta do Marim praticamente desapareceram — é que poderia dar resposta a esta interrogação.

*

*

*

A *Torre d'Aires*, local da possível *Balsa* do tempo dos Romanos, perto de Tavira, tem uma epigrafia ímpar. Vemos que há famílias importantes, que erigiram monumentos importantes e já nos referimos à existência de um circo apenas provada epigraficamente. Estão a ser envidados esforços para prosseguir nas escavações de Torre d'Aires e oxalá as prospecções tragam luz às inúmeras interrogações e satisfaçam as inúmeras esperanças que a Epigrafia de Balsa nos dá, sugerindo a existência duma cidade importantíssima.

*

*

*

A região do *sudoeste alentejano* — concelhos de Aljustrel, Ourique e Almodôvar — detém um epigrafia própria: textos

muito simples, estelas em material xistoso, datáveis do começo do Império, contemporâneo da exploração, pelos Romanos, das minas de Aljustrel. Dessa actividade nos restam, entre outros vestígios, duas tábuas de bronze que fariam parte, certamente, dum conjunto com a regulamentação então vigente — documento jurídico do maior interesse, sem paralelo em todo o Império. Nessa área vem desenvolvendo intensa actividade de prospecção o Sr. P.^o António Serralheiro, prior de Messejana, a quem rendemos aqui as nossas homenagens pela excelente colecção epigráfica que reuniu.

*

*

*

Beja, a *Pax Iulia* dos Romanos, conta, para já, com cerca de uma centena de textos epigráficos, provenientes da cidade e dos arredores. São notáveis as suas cupas funerárias — monumentos em forma de pipa, sendo inclusive representadas as aduelas, com o texto a meio, num campo epigráfico preparado. Podem ser do séc. III. A onomástica de *Pax Iulia* sugere-nos uma população de tradição latina, sendo notável a percentagem de libertos registados epigraficamente.

*

*

*

Continua a ser motivo de controvérsia o significado a atribuir a esta forma de monumento funerário.

Formas idênticas surgem noutras zonas do território português: no Algarve, são estilizadas, lisas, campo epigráfico no «dorso» mas não a meio; no território de Lisboa, a estilização é maior e a inscrição surge num topo — são do Alto Império (séc. I e II) e referem-se a cidadãos romanos. Em Conimbriga, a cupa de P. Élio Januário, liberto imperial, assemelha-se inopinadamente às de Beja; em Coimbra, porém, os monumentos

deste género aproximam-se mais da forma das arcas dos tesouros de piratas, ocupando a inscrição toda a «parede» lateral vertical. Estarão todos estes tipos relacionados uns com os outros? Farão parte duma tradição tipológica comum, embora se refiram a contextos cronológicos diferentes? Tudo leva a crer, contudo, que as cupas de Lisboa são nitidamente anteriores às de Beja.

Postas de parte — por insuficientemente fundamentadas — explicações que vêem nesta forma o testemunho do culto a divindades determinadas, sejam elas Baco, o deus do vinho, ou Endovélico, o deus infernal venerado em S. Miguel da Mota, Alandroal, pelas populações pré-romanas; bem como as análises que consideram as cupas representações ligadas ao rito funerário propriamente dito — temos como mais óbvio que esta forma será de preferência uma moda, eventualmente trazida das costas mediterrânicas, que se espalhou mais numas zonas que noutras, assumindo peculiaridades regionais. Portanto, como tendência estética detectamo-la sem ligação determinada a um grupo étnico-social — sob cupas se enterram escravos, libertos, cidadãos romanos, crianças, velhos e até gente da classe senatorial, como acontece com Gaia Valéria Ama, de Serpa.

Tudo isto veio a propósito do elevado número de cupas — ultrapassará meia centena, se atendermos aos fragmentos — de Beja, uma cidade onde a Epigrafia tem uma palavra a dizer na definição do estatuto sócio-cultural dos seus habitantes ao tempo dos Romanos.

*

*

*

No Museu Regional de Évora guardam-se importantes documentos epigráficos sobejamente conhecidos. Juntamente com os vestígios arqueológicos, as inscrições de senadores, por exemplo, merecem atenção particular (foto 3). A graciosidade

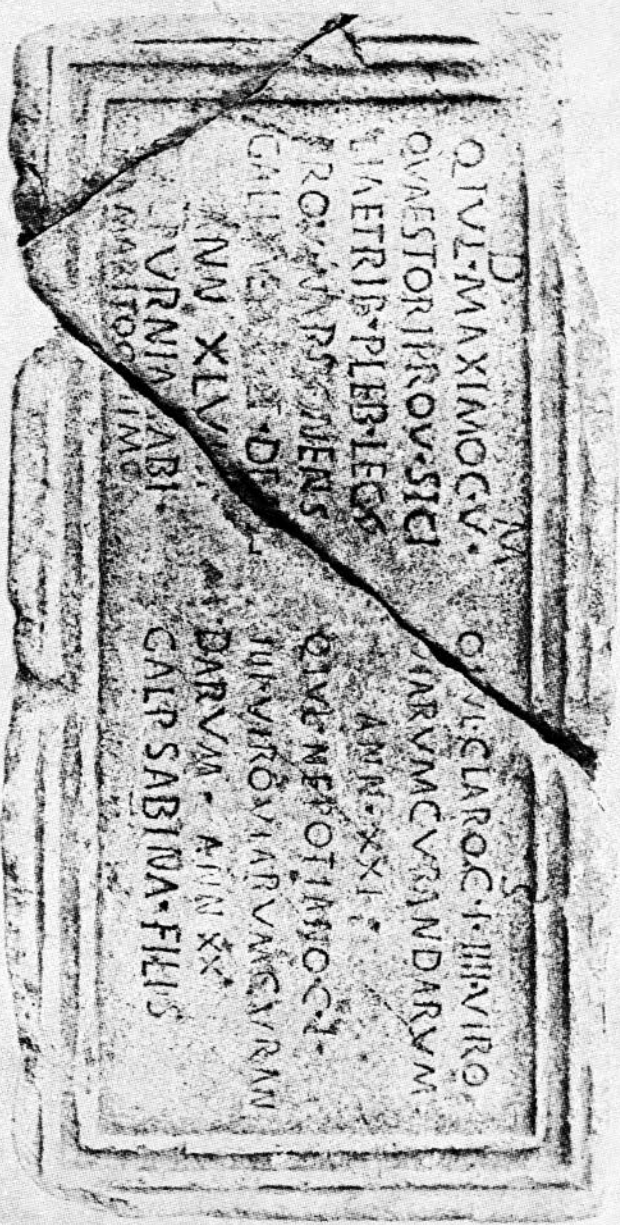


Foto 3 — Uma placa do Museu Regional de Évora, que faria parte dum grande monumento funerário. Recorda o senador Q. Júlio Máximo e seu dois filhos, falecidos na flor da juventude. Foi sua mulher, Calpúrnia Sabina, que mandou erigir o monumento.



Foto 4 — O epítáio de Lúcio Átio Helviano, que morreu aos 20 anos. Proveio de Tróia (Setúbal).

das ámulas, a beleza da decoração — constituem índices duma civilização onde a riqueza e a cultura parecem ter andado a par.

*
* *

A população de *Elvas-Estremoz* está documentada epigraficamente desde os primeiros tempos do Império até ao séc. VI (necrópole de Silveirona). Usa o mármore branco da região na preparação de placas funerárias molduradas com singeleza.

*
* *

Mais a norte, *Marvão*, a Aramenha romana, com os seus textos gravados em granito, os seus ex-votos a divindades indígenas — está epigraficamente muito mais ligada à região da Beira-Baixa e à vizinha província espanhola de Cáceres que ao resto do *conventus Pacensis* (entre Tejo e Guadiana).

*
* *

Tróia, por seu turno, é pobre: uma dúzia de placas graciosas, delgadas, em mármore, de textos cuidadosamente paginados (foto 4), a ara de C. *Servílio Clarano* (foto 5), o cipo enorme de Gala. Uma epigrafia que nos fala de escravos e libertos, provavelmente ligados à actividade industrial aí existente.

*
* *

E de *Setúbal* nem se fala: apenas dois textos funerários, cujo paradeiro se desconhece, se atribuem à cidade habitual-

mente identificada com *Caetobriga*, sem que, contudo, a sua proveniência se possa determinar com rigor.

Permanece misterioso este vazio epigráfico de *Caetobriga*, tanto mais que a vizinha Alcácer do Sal — *municipium Salaciensis*, *Salacia* — recorda epigraficamente os seus burgueses e soldados.



Foto 5 — Ara funerária de C. Servílio Clarano, de 18 anos.
Proveio de Tróia.

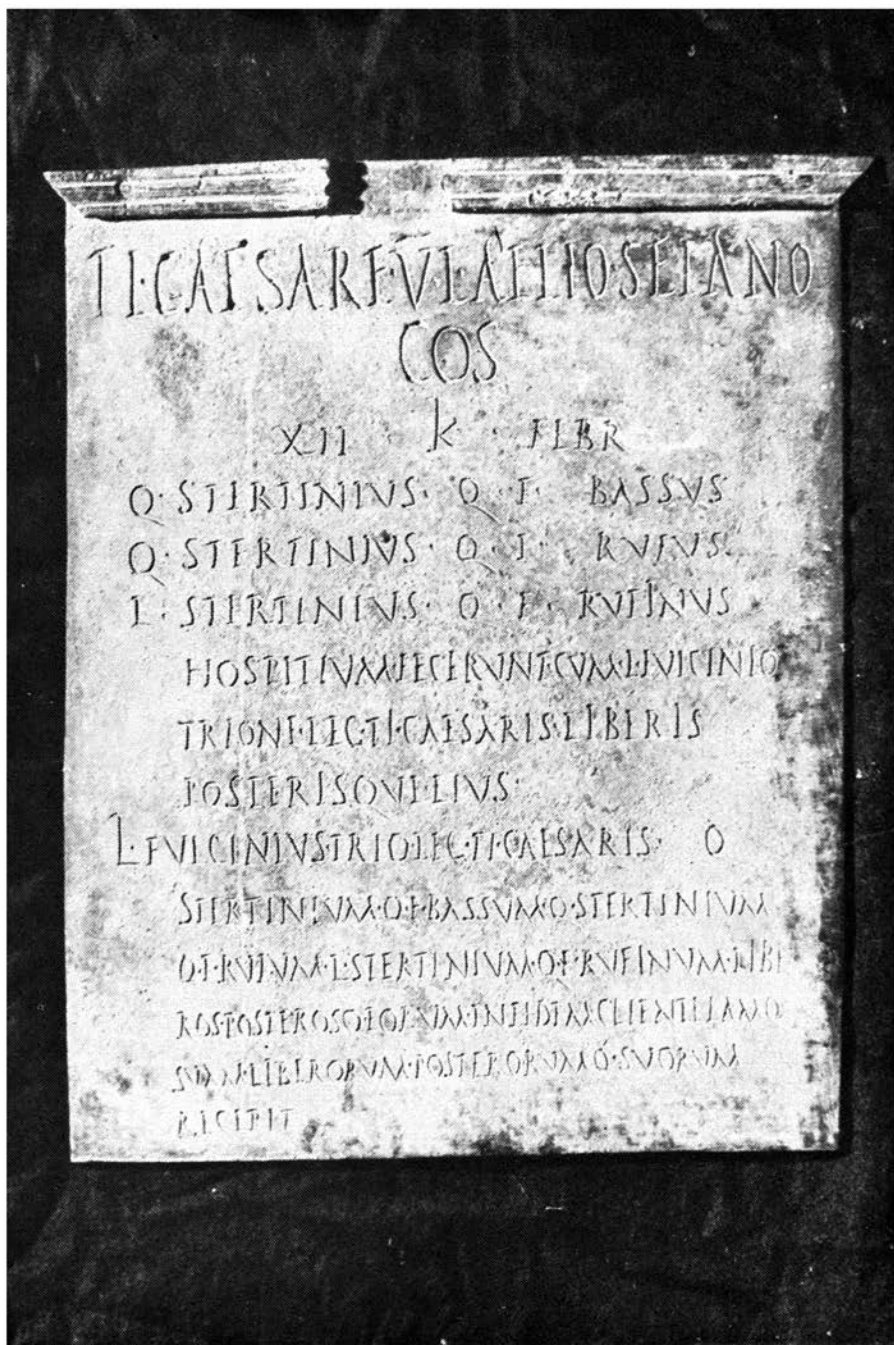


Foto 6 — A tabula patronatus de Juromenha.

**4—A IMPORTÂNCIA DA EPIGRAFIA
COMO FORMA DE CONHECER
UMA SOCIEDADE**

Tudo interessa, pois, num monumento epigráfico. Mais, até os monumentos anepígrafos — vários andam guardados nos museus de Setúbal e Alcácer, por exemplo.

Um monumento destinado a receber inscrição e que hoje a não ostenta, pode nunca ter servido, pode o texto ter desaparecido por via do desgaste secular, poderia ter recebido uma inscrição pintada (procedimento que julgamos raro na Lusitânia). Mas ficou-nos a forma, o material. Há o próprio local do achado. São elementos de comparação importantes para a detecção dos tiques epigráficos duma zona, para a localização duma oficina epigráfica... Está bem documentado que — tal como hoje — o lapidário teria na sua oficina uma série de modelos já prontos. O cliente vinha, escolhia um e competia ao paginador (*ordinador*) adaptar ao espaço disponível o texto pedido.

Não padece, pois, dúvida que a epigrafia representa uma forma importante — se não a mais importante — de conhecer as preocupações, o modo de vida, a distribuição da população ao tempo dos Romanos. Chegaram até nós *fontes literárias* mais ou menos lacunares, mais ou menos tendenciosas, mais ou menos... literárias. Falando dos grandes eventos históricos, das grandes batalhas, das grandes loucuras dum imperador. Mas a vida ignorada do povo, a construção duma ponte, o combate de barcas realizado em Balsa, a ternura dos epitáfios de Beja — são pormenores que só a Epigrafia pode dar.

Chegaram até nós os *vestígios arqueológicos*. Mas quantos foram completamente escavados? E quantos, mesmo escavados, são totalmente compreendidos?

Estamos a lembrar-nos, a este propósito, do entusiasmo que se apoderou dos arqueólogos que, no início de 1978, ouviram, no Centre Pierre Paris da Universidade de Bordéus III, a narrativa cativante feita por René Rebuffat das suas escavações no oásis de Bu-Njem, a romana Chosol, lá para os confins do *Limes Tripolitanus*, fronteira da Tripolitânia, no deserto da Líbia. Acampamento edificado por uma *vexillatio* da III Legião Augusta ao tempo dos Severos (princípios do séc. III), viu a sua história incrivelmente completada com dados epigráficos: inscrição honorífica em cada uma das quatro portas, inscrições votivas ao génio do acampamento na capela do pretório, um monte enorme de entulho de ânforas com a indicação do conteúdo, do proprietário e do fabricante... Se isso não bastasse, um dos centuriões resolveu revelar os seus dotes escrevendo um poema em acróstico (com a sua identificação) relatando a história da mencionada vexilação. Mais: encontrou-se um conjunto de cartas referentes aos mais variados assuntos, nomeadamente os fornecimentos de víveres. Umas funcionavam como credenciais autenticadas, assinadas pelo receptor da mercadoria... Numa, escrita em Janeiro, chega-se a este requinte de precisão: é datada deste jeito «tantos de Janeiro do ano a seguir àquele em que foram cônsules fulano e cicrano...». Ainda não chegara a Bu-Njem a notícia de quem fora eleito cônsul para esse ano... Uma tal riqueza documental epigráfica não pode, efectivamente, deixar de suscitar entusiasmo!

Veja-se, ainda, o que acontece em Pompeia: a camada de lavas do Vesúvio preservou as paredes e os respectivos grafitos, plenos de sabor. Ele é a propaganda eleitoral, votem em mim que sou o melhor. Ele é a publicidade à tasca da esquina,

onde se bebe o mais apaladado vinho. Ele é o erotismo desbragado da linguagem prostibular...

E em Conimbriga, os grafitos rasgados no tijolo mole revelam-nos o alívio sentido por um operário ao completar o número de tijolos estipulados para cada dia: *diarias rogatas solvi*; outro aproveita o próprio tijolo para saudar o patrão: *ave Maelo*, salve ó Melão!

*

*

*

É, pois, imenso o leque de informações prestadas pela Epigrafia. Podemos mesmo afirmar que ela abrange todos os domínios da actividade humana, ainda os mais insignificantes.

Em segundo lugar, a importância da Epigrafia ressalta da *abundância* dos testemunhos. Escavações não se fazem sempre. Inscrições, elas se encontram a cada passo, a um ritmo cada vez mais impressionante.

Um terceiro aspecto: *em toda a parte* do Império Romano há inscrições. Hábito extraordinariamente corrente, raro será, neste momento, o concelho de Portugal que não conte com, pelo menos, uma inscrição latina.

Finalmente, e este é um ponto da maior relevância, as inscrições são *documentos originais*. Chegaram-nos tal qual saíram das mãos dos gravadores, sem intermediários. Há cópias, certamente. Mas tratando-se geralmente de textos pequenos, a crítica é fácil, a reconstituição do original também, as interpolações ou as correcções visíveis.

**5—AS INFORMAÇÕES
DA EPIGRAFIA**

5.1. RELAÇÕES INTER-FAMILIARES

Assente que ficou a ideia da imensidão de dados passíveis de serem colhidos no monumento epigráfico, detenhamo-nos agora em particular sobre alguns exemplos directamente ligados ao estudo da sociedade romana.

A análise dos gentílicos a nível de região torna possível estabelecer laços de parentesco. Ligações entre famílias importantes ajudam a compreender a estrutura social em determinada época.

Num monumento de Évora, profusamente decorado, o epítáfio simples de Canídia Albina, mãe de Catínio Canidiano, mandado erigir pela sobrinha Catínia Aciliana, permite-nos detectar a união de duas importantes famílias senatoriais da cidade.

A onomástica patente na epigrafia de Conimbriga e de Coimbra possibilitou conjecturar relações inter-familiares não só dentro de cada uma das cidades, mas também entre elas, aventando-se mesmo hipóteses da existência de grandes proprietários cujos latifúndios se estenderiam pelos arredores.

Mais interessantes nesse aspecto são, ainda, as chamadas *tabulae patronatus*, documentos gravados em tábuas de bronze estabelecendo relações de dependência e de ajuda recíproca

entre as famílias de dois personagens. Trata-se do antepassado remoto do contrato vassálico medieval, como se pode depreender da leitura da *tabula patronatus* proveniente de Juromenha e hoje guardada no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (foto 6). Reza assim:

Aos doze dias antes das calendas de Fevereiro (21 de Janeiro) do ano em que foram cônsules Tibério César, pela quinta vez, e Lúcio Élio Sejano (31 d. C.), Quinto Estertínio Basso, filho de Quinto, Quinto Estertínio Rufo, filho de Quinto, Lúcio Estertínio Rufino, filho de Quinto, fizeram um contrato de hospitalidade com Lúcio Fulcínio Trião, legado de Tibério César, seus filhos e descendentes. Lúcio Fulcínio Trião, legado de Tibério César, aceitou tal preito de fidelidade e recebeu como seus clientes — e de seus filhos e descendentes — Quinto Estertínio Rufo, filho de Quinto, Lúcio Estertínio Rufino, filho de Quinto, assim como seus filhos e descendentes.

5.2. RELAÇÕES FAMILIARES

Mas é na ternura das relações familiares, patentes sobretudo nos textos funerários, que o epigrafista encontra terreno fértil.

Numa placa inédita de Tróia, hoje perdida, Quinto Licínio (?) Félix homenageia sua avó muito amada, Pácia Lepidina, de oitenta anos.

Numa outra, guardada no Museu de Lagos, indica-se o sepulcro da família Arénia: o pai, Gaio Júlio Arénio; a mãe, Arbura, filha de Bolbo; e a filha, Júlia Amena.

Em Beja, Quinto Petrónio (?) Materno manda gravar uma placa em honra de sua mãe, Júlia Quintila, de 42 anos, natural de Évora. Esta referência à naturalidade sugere-nos algumas reflexões.

Hoje, a existência duma Maria *Algarvia* só é possível numa povoação de fora do Algarve onde o elemento algarvio seja raro. Essa alcunha não terá razão numa terra onde se pudesse aplicar a muita gente. O mesmo se dirá relativamente ao tempo dos Romanos: assim, o epitáfio duma eborense encontrado no lugar A só pode provar que o lugar A se pode chamar tudo menos Évora. Por isso que nos causa certa apreensão o aparecimento, em Santiago do Cacém, habitualmente tida como a Miróbriga dos

Célticos, dum Gaio Pórcio Severo, que se diz «mirobrigense céltico»...

É diferente, totalmente diferente, a menção duma colectividade — *colonia Pax Iulia, civitas Ossonobensis, civitas Aeminiensis*... — que figura como dedicante duma homenagem. Sendo raro que uma homenagem desse tipo se faça numa cidade diversa daquela que vem mencionada no texto, justifica-se cabalmente a utilização das epígrafes, em que essas expressões surgem, para fundamentar a localização de *Pax Iulia, Ossonoba, Aeminium*...

A indicação da naturalidade reveste-se, pois, do maior interesse para os estudos demográficos, porque nos informa dos movimentos populacionais. No caso referido, documenta-se a existência, em Beja, duma mulher de Évora. Claro que de um caso isolado não se poderão tirar ilações precipitadas; contudo, a hipótese fica em aberto: a existência de um certo intercâmbio cultural entre as duas comunidades vizinhas. A descoberta doutros textos, a análise antroponímica — poderão vir solidificar aquilo que, de momento, se apresenta como válida pista de trabalho.

Mas continuemos a dar exemplos de epitáfios onde as relações familiares venham patentes.

Numa elegante ara do Museu de Elvas, Tito Clódio Modesto e Blesidiena Marcela pranteiam a morte de seu filho mui piedoso, Marcos Clódio Juliano, falecido quando apenas contava 21 anos.

Nesse mesmo museu um outro epitáfio:

Aqui jaz Comínia Avita, filha de Marcos, de nove anos. Rogo-te transeunte: diz «que a terra te seja leve». Marcos Comínio Clemente, Vibia Avita, filha de Marcos, mandaram erigir (esta memória) à filha.

A meio da segunda linha, num toque de ternura e singele-

za, foram esculpidas duas pombas olhando para uma jarra gravada entre elas. Símbolo de crença na eternidade, pedido humilde a quem passa — une-te à nossa dor! Que fonte literária falaria de Comínia Avita e da saudade dolorosa de seus pais?...

É, porém, nos epitáfios de libertos que mais extravasa o sentimento. Recordados do seu passado servil, orgulhosos da liberdade adquirida, ufanos de poderem transmitir aos filhos plenos direitos de cidadania — os libertos vêem nos herdeiros a concretização das suas ambições. Em jazigos de família com representação dos defuntos, o pai e a mãe olham enternecidos para o filho que fica a meio; nos epitáfios sucedem-se os adjetivos de carinho, como uma placa de Silveirona (Estremoz), dedicada por Trifão a seu filho *desiderantissimus*, Quinto Fábio Trifão Arcírio, de 25 anos.

5.3. OS GRUPOS SOCIAIS

São sobretudo as inscrições honoríficas que nos proporcionam o maior número de elementos acerca das funções ocupadas pelos personagens homenageados.

Burgueses municipais, sacerdotes do culto imperial, senadores, cavaleiros — ei-los que desfilam perante nós, ostentando as suas qualidades e prestígio. Casos particulares, é certo. Mas inseridos na estrutura sócio-administrativa que os gerou, alimentou e fez gala em lhes perpetuar a memória. As ilações terão de ser prudentes mas constituirão sempre um elemento válido para o estudo social. E muito tem de aliciante ver como o burguês dum município perdido nos confins do Império sobe pouco a pouco na escala hierárquica, atinge a classe equestre, ocupando uma prefeitura ou uma procuradoria; ou como um eminente cavaleiro, após ter percorrido diversos graus numa carreira, se vê dum momento para o outro *adlectus in amplissimum ordinem*, escolhido pelo Imperador para fazer parte da notabilíssima ordem senatorial...

E há, aqui e além, uma ostentação de riqueza, muita vez exigida pelo exercício dum cargo. Basta recordar Ânio Primitivo que, ao ser eleito sevir (sacerdote imperial), organizou um combate de barcas, um espectáculo de pugilistas, distribuindo dádivas aos cidadãos de Balsa.

Dissemos atrás que o modo como alguém se identifica é índice do seu estado social.

O cidadão livre, *ingenuus*, indica o nome de seu pai: *C(aius) Iulius C(aii) f(ilius) Avitus* — Gaio Júlio Avito, filho de Gaio.

O cidadão romano — *cives romanus* — indica a tribo em que foi inscrito, pelo menos até ao Editto de Caracala de 212, que estendeu o direito de cidadania romana a todos os cidadãos livres do Império: *M(arcus) Aurelius M(arci) f(ilius) Gal(eria tribu) Primus* — Marco Aurélio Primo, filho de Marcos, da tribo Galéria.

O indígena identifica-se apenas por um nome, característico da sua área, e menciona seu pai pelo cognome: *Reburus Tongi f(ilius)* — Reburro, filho de Tângio. Ou, se lhe foi outorgado o direito latino, mantém no cognome um sinal da sua proveniência: *T(itus) Marius Reburus* — Tito Mário Reburro (*Reburus* é um cognome hispânico).

Quanto aos escravos e libertos é curioso verificar que as pessoas que lhes erigem os monumentos ocultam ou não o estatuto social, consoante o seu interesse. Se for oportuno, menciona-se que fulano é escravo: *Theodorus C(aii) ser(vus)*, Teodoro, escravo de Gaio. Ou liberto: *M(arcus) Cassius M(arci) lib(ertus) Chrysantus*, Marcos Cássio Crisanto, liberto de Marcos. Então os escravos e os libertos imperiais nunca se esquecem de o mencionar — *Caes(aris) ser(vus)*, *Aug(usti) lib(ertus)*. Se tal oportunidade se não verificar, a indicação suprime-se. E compete, então, ao epigrafista usar da sua perspicácia para detectar o oculto. Não é complicado:

1) o escravo tem um único nome, geralmente de origem grega: *Theophilus*, *Hermes*, *Callistus*...

2) o liberto não indica a sua filiação (é de ascendência servil...) e, embora assuma os *tria nomina* romanos, mantém como cognome o antigo nome de escravo: *L(ucius) Aemilius Tryphon*.

A análise onomástica, permite, pois, detectar tendências gerais da sociedade.

5.4. O NÍVEL CULTURAL

Já a escolha de determinados nomes para os escravos denota o nível cultural da população, mormente quando estamos em presença duma nomenclatura mitológica.

No entanto, é a fraseologia utilizada, mais ou menos requintada; é a grafia (in)correcta das palavras; o cuidado posto na paginação; o relevo dado aos vocábulos importantes — tudo isso definirá graus de cultura e de romanização. Uma frase como a citada, do epitáfio de Comínia Avita — *te rogo praeteriens dic sit tibi terra levis* —, ao jeito do melhor formulário latino, não deixa de provar que esta família se encontra bem imbuída dos hábitos culturais romanos.

Influências culturais se rastreiam na tipologia dos monumentos. Vimo-lo, a propósito das cupas. E, sobretudo, na decoração (foto 7). No sul de Portugal quase todas as aras funerárias romanas apresentam, esculpidos, a pátera e o jarro, objectos impregnados de simbolismo religioso (fotos 8 e 9). Há também a águia funerária, a pomba debicando o cacho de uvas, e, nos monumentos votivos, emblemas da divindade, objectos de culto e animais de sacrifício. Toda uma moda que firmemente se difundiu — e cujas manifestações merecem um estudo interessado.

Neste aspecto, há três monumentos guardados no Museu Machado de Castro, em Coimbra, que deverão concitar as

atenções — nos epitáfios de Júlio Materno, Vagélia, e Cádio Cariano as representações de *instrumentum scriptorium*, nomeadamente das plaquetas para escrever, denunciam também um louvor à cultura em geral como forma de promoção que não apenas a homenagem eventual à instrução dos defuntos recordados (foto 10).

Tais índices culturais patentes nos monumentos epigráficos — texto, forma e decoração — não têm sido eficazmente notados.

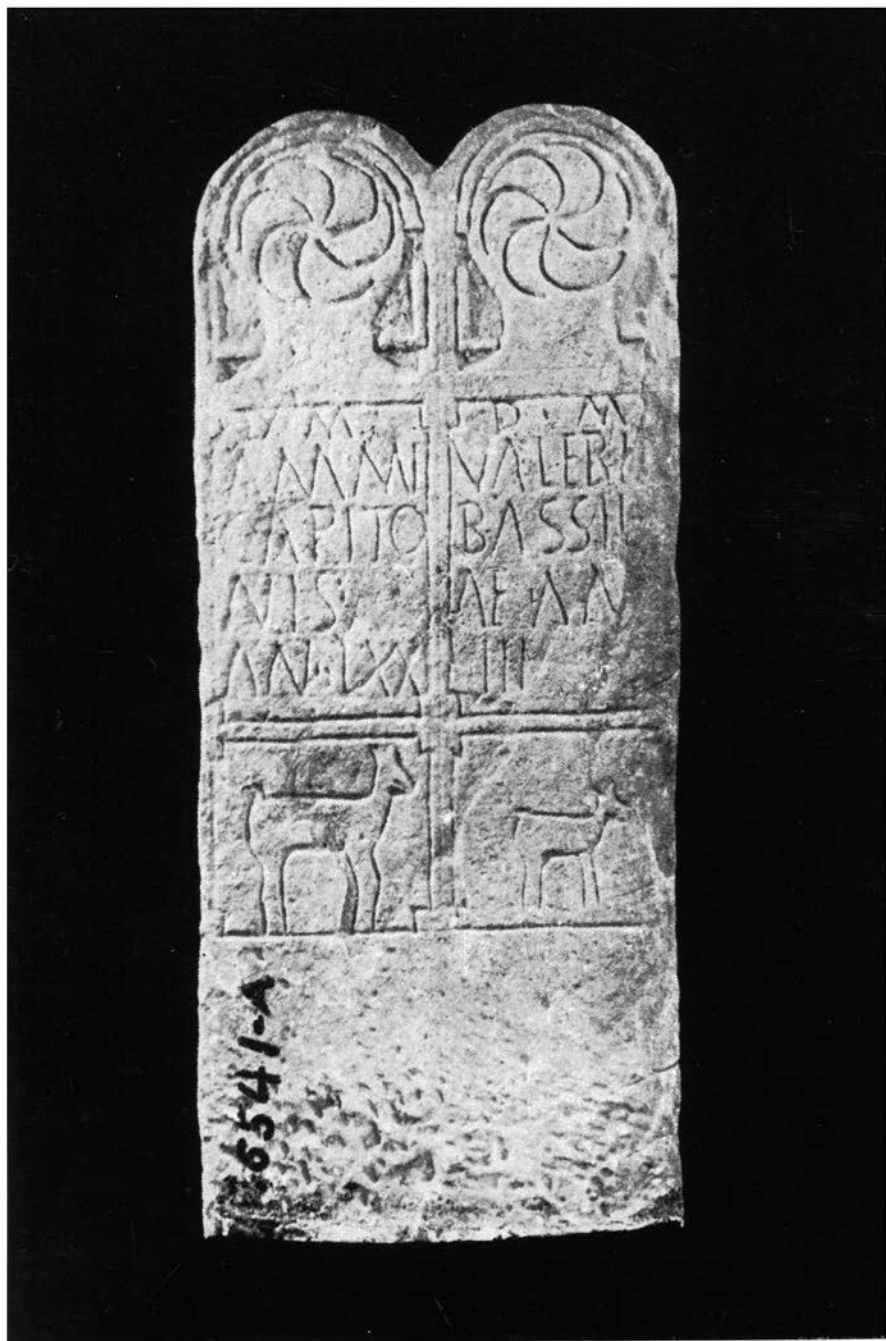


Foto 7 — Uma estela funerária dupla do Norte de Portugal. Atente-se na graciosidade da decoração.



Foto 8 — Decoração lateral de uma ara funerária: pátera com uma pomba esculpida.



Foto 9 — Decoração lateral de uma ara funerária: o jarro das libações.

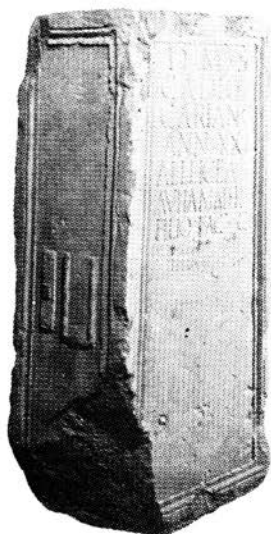
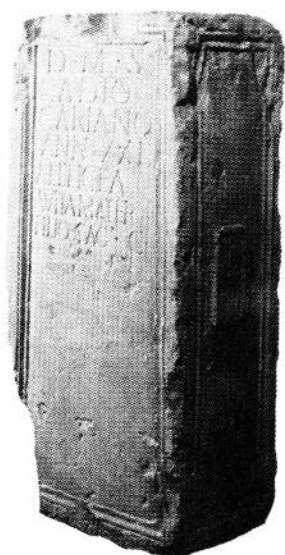


Foto 10 — Uma página de *Fouilles de Conimbriga*, vol. II, mostrando monumentos com decoração alusiva a instrumentos de escrita.

5.5. A RELIGIÃO

5.5.1. CULTO IMPERIAL

Para mais facilmente obterem a submissão dos povos conquistados, os Romanos «inventaram» o culto imperial. Honrado como um deus, o imperador tinha sacerdotes, os flâmines, encarregados de manter, a nível regional, em clima de sacralidade, a fidelidade a Roma.

Também isto é indício duma mentalidade. E de novo foi a Epigrafia que mais luz veio trazer acerca da facilidade — ou dificuldade — com que a população adoptou essa ideologia.

O texto de Alcácer do Sal (foto 11), homenagem ao imperador Augusto datado do ano 5 ou do ano 4 antes da nossa era, torna-se significativo. Reza assim:

Consagrado ao imperador César Augusto, filho do divino, pontífice máximo, cônsul pela 12.^a vez, no seu 18.^o poder tribunício. Vicano, filho de Bôcio.

O imperador é celebrado como filho adoptivo do divino Júlio César. Não se omite a referência ao seu sumo pontificado e o que se torna mais «chocante» é a palavra dedicatória,

sacrum, exclusivamente usada para divindades. E o dedicante é nada menos que um indígena! Desconhecem-se os motivos que o terão levado a prestar este acto de fidelidade — a mira dum lucrativo cargo municipal ou a devoção desinteressada?

Mas o mais normal não são as dedicatórias individuais, ainda que mandadas lavar por funcionários. A homenagem resulta quase sempre duma decisão conjunta da população, sancionada pelo conselho municipal, «por decreto dos decuriões», *D(ecreto) D(ecurionum)*. Assim acontece um pouco por toda a parte; em Faro, é a *civitas Ossonobensis* que homenageia Aureliano e Vareliano; em Coimbra, é a *civitas Aeminiensis* que honra Constâncio Cloro; em Beja, é a *Colonia Pax Iulia* que se congratula com a adopção de Lúcio Vero:

A Lúcio Élio Aurélio Cómodo, filho do imperador César Tito Élio Adriano Antonino Augusto Pio, pai da Pátria, a Colónia de Pax Iulia, por decreto dos decuriões, sendo duúviro Quinto Petrônio Materno e Gaio Júlio Julião.

Qualquer destas inscrições — para além do seu significado de fidelidade ao poder central, muito embora se desconheçam os motivos concretos da homenagem — tem importância relevante, como já acentuámos, para a localização de topónimos.

5.5.2. DIVINDADES OFICIAIS

A sociedade e o seu modo de pensar e de agir revelam-se também nos múltiplos ex-votos dedicados às divindades do panteão romano.

De cariz conservador por excelência, a religião e as suas manifestações introduzem-nos no mundo dos mitos e falam-nos claramente de aculturação. A fraca resistência ao invasor manifesta-se, por exemplo, na adopção das suas divindades. Júpiter, o deus supremo acompanhado pelos seus epítetos de Ótimo

IMP CAESARI DIVI F AVGVSTO
PONTIFICI MAXIMO COS
TRIB POTESTATE XVIII
A VIC ANSVB OCTI F
SACREVM

Foto 11 — A inscrição de Alcácer do Sal dedicada ao imperador Augusto.



Foto 12 — Ara a Endovélico dedicada por Marcos Fânio Augurino.

Máximo ou outros denotando adequação a uma religiosidade pré-romana; Vénus, Marte, Vitória, Prosérpina, as Ninfas — é a Epigrafia que nos fala da distribuição do seu culto, da categoria dos seus devotos, das características que nelas mais se prezam, numa linguagem estereotipada, em tudo igual à usada na capital do Império. Lê-se, por exemplo, numa elegante árula de Beja:

Consagrado a Apolo santo. Emília Élia cumpriu de boa vontade o seu voto.

5.5.3. DIVINDADES INDÍGENAS

É, contudo, no âmbito das divindades indígenas que a Epigrafia presta os mais relevantes serviços.

Não vamos aqui enumerar a centena de teónimos atestados epigraficamente no território actualmente português. Aliás, o nosso propósito é tão somente mostrar a relação entre os textos epigráficos e a sociedade que os produziu. E, nesse aspecto dois factos merecem reflexão:

1 — ostentando nomes estranhos, latinizados, as divindades são homenageadas *à maneira latina, com inscrições em Latim*, por dedicantes cuja origem étnica e social não é sempre necessariamente indígena.

2 — os testemunhos do seu culto datam precisamente do tempo da dominação romana.

Sirva-nos como exemplo o texto dum altar (foto 12) decorado com relevos representando um porco, uma grinalda e uma palma graciosamente esculpidos (fotos 13 e 14), guardado no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia:

Consagrado ao deus Endovéllico. Marcos Fânio Augurino (fez

esta dedicatória) merecidamente (a fim de que) este deus lhe seja tornado propício.

Um cidadão romano a impetrar os favores de Endovélico, usando uma fraseologia bem latina...

É isso. Perpassa pela epigrafia votiva um bafo de tolerância, que muito terá a ver — decerto! — com intencionalidade política, mas que se reveste, afinal, dum respeito profundamente humano pela ideologia alheia — ainda que do povo subjugado (foto 15).

5.5.4. DIVINDADES ORIENTAIS

O estudo da sociedade inclui necessariamente a prospecção da origem étnica dos seus membros. A epígrafe dedicada a uma divindade oriental — Cibele, Mitra, Serápis, Ísis... — não surge por acaso em Faro, em Beja ou em Alcácer do Sal. Alguém levou para lá esse culto. Uma rede de comunicações revestindo aspectos económicos e culturais se estabelecerá, portanto. À Epigrafia, o papel de traçar o quadro religioso e cultural; à Arqueologia, o quadro económico.



Foto 13 — Decoração lateral da ara dedicada por M. Fâoni Augurino a Endovélico.



Foto 14 — Porco esculpido no monumento dedicado por M. Fânio Augurino ao deus indígena Endovélco.

ENDOVELLICO
SACCRAVM
MVIBIVSBASSVS
ETMVIBIVSAVITVSF

F 231

Foto 15 — Pedestal de grandes dimensões (61x89x89 cm) duma estátua a Endovélíco, mandada erigir por dois membros duma família bem latina, a *gens Vibia*.

5.6. AS INSTITUIÇÕES MILITARES

Coube ao exército romano a relevante função de espalhar a romanidade; cabe à Epigrafia a missão, não menos relevante, de lhe estudar os movimentos, completando o quadro genérico traçado pelas fontes literárias.

Os *laticuli militum* fornecem-nos listas de soldados com sua proveniência, agrupados pelos diferentes corpos militares. Os diplomas passados aos veteranos, atestando o cumprimento honesto do serviço militar, esboçam-nos a amplitude do interesse com que os imperadores olhavam os seus soldados. Inscrições monumentais informam-nos dos trabalhos de engenharia efectuados pelas legiões em tempo de paz. Os ex-votos falam-nos da religião praticada nas fileiras. O epitáfio dum veterano...

A Gaio Júlio Galo, natural de Mérida, veterano da VII Legião Fiel, que completou honrosamente o seu tempo de serviço e faleceu com setenta anos. Aqui jaz. Que a terra te seja leve. Júlia Prima, liberta e esposa, mandou fazer a expensas suas ao patrono benemerente.

...leva-nos ao âmago da vida privada daqueles que só figuram nas crónicas como fazedores de guerras, construtores de pontes, prontos para o saque e para a morte...

**6 — AS PERSPECTIVAS
DA INVESTIGAÇÃO
EPIGRÁFICA**

Há, pois, que continuar o trabalho.

Procurando salvaguardar os monumentos, velando por que sejam convenientemente guardados e expostos nos museus. Aqui, todo o cuidado será pouco na elaboração duma ficha que precise o contexto arqueológico e as circunstâncias do achado.

Praticamente todos os nossos museus têm epigrafia. Urge voltar ao monumento, rever leituras, utilizando o decalque, as modernas técnicas fotográficas, referir o material utilizado (uma ara em mármore proveniente duma zona granítica é factor a ter em conta...) — de forma que se possa empreender a publicação organizada de catálogos cientificamente válidos.

Arrancada definitivamente do seu papel decorativo de «ciência auxiliar da História», a Epigrafia transformou-se já em gigantesco livro de pedra, recheado das mais variadas informações. Esteve muda durante séculos. Guardou religiosa e pacientemente os seus segredos. Está reservado para nós o supremo encanto de os desvendar.

Composto e Impresso
nas Ofic. da «Gazeta do Sul»
Telef. 231 01 26 — Montijo